

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.398.477 - RJ (2018/0302287-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **CARLA MARIA RODRIGUES DO CARMO PASCOAL PIEDADE**  
**ADVOGADOS** : **VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA - DF019640**  
**WELINGTON DUTRA SANTOS - RJ155434**  
**RAYANNE ILLIS NEIVA PEREIRA - DF038331A**  
**DIEGO GOIÁ SCHMALTZ - DF045713**  
**AGRAVADO** : **UNIÃO**

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo Interno, interposto por CARLA MARIA RODRIGUES DO CARMO PASCOAL PIEDADE, contra decisão de minha lavra (fls. 595/602e), que conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Em seu recurso trouxe os seguintes argumentos:

"(...) a irresignação recursal recai sobre tese de direito cuja apreciação depende, como exposto no recurso especial, do enfrentamento exclusivo de embate jurídico, relativamente à legitimação extraordinária (artigos 21 e 22 da Lei nº 12.016/2009) e à coisa julgada (arts. 492 e 506 do CPC), pois as premissas necessárias para o exame do recurso especial, lançadas pelo acórdão recorrido, são INCONTROVERSAS nos autos.

06. Destaca a parte Agravante, de início, que a questão é idêntica à apresentada no ARESP 1.494.742, no qual essa d. Relatoria, em juízo de retratação, conheceu do Agravo e deu provimento ao recurso especial, superando o óbice da Súmula 07/STJ" (fl. 608e).

Com razão a parte recorrente, motivo pelo qual **reconsidero** a decisão e passo, novamente, ao exame do Agravo em Recurso Especial.

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por CARLA MARIA RODRIGUES DO CARMO PASCOAL PIEDADE, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. IMPLANTAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DA EXEQUENTE.

- Trata-se de apelação cível interposta contra a sentença que julgou

extinta a execução individual de sentença coletiva, proferida nos autos do MS 2005.5101.016159-0.

- Não se desconhece que as associações, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, têm legitimidade, como substituto processual, para defender, na via do mandado de segurança coletivo, os interesses de seus associados, a teor do disposto no artigo 5º inciso LXX, b, da Constituição Federal, sendo, pois, dispensável a autorização expressa e a relação nominal dos associados na instrução do mandado de segurança coletivo, em razão do regime de substituição processual, conforme dicção da Súmula 629, do Eg. STF. Logo, na fase de cumprimento de sentença, a princípio, não poderia se exigir da parte exequente a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da propositura da ação.

- No caso vertente, todavia, a situação não se amolda ao referido julgado, pois, consoante se infere dos autos, quando da impetração do Mandado de Segurança Coletivo, a Associação Impetrante restringiu o alcance da demanda, postulando "a procedência do pedido com a concessão em definitivo da segurança para determinar a extensão da Vantagem Pecuniária Especial - VPE instituída pelo art. 1º da lei 11.134/05 aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito federal - Policiais e Bombeiros Militares, associados da impetrante.

- Ademais, importa considerar que o título judicial formado no bojo do referido Mandado de Segurança Coletivo, que ora se pretende executar, também delimitou seus efeitos aos associados constantes da lista anexada à inicial.

- Cumpre ressaltar, ainda, o entendimento que vem sendo adotado nesta Eg. Oitava Turma Especializada, conforme julgamento do Agravo de Instrumento 0002366-24.2017.4.02.0000, de relatoria do Eminentíssimo Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, no sentido de que 'o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente. No caso da Associação, a coisa julgada alcança os associados e não os 'associáveis'. Associação não representa a categoria porque isso foge do espírito associativista. Hoje, conforme pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, descabe autorização para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, como exigido na decisão agravada, mas, por outro lado, só são alcançados pela coisa julgada formada na

ação coletiva os associados, e como há a limitação, eles precisam ser enumerados na petição inicial de tal ação coletiva'.

- Logo, a exequente não detém legitimidade ativa na presente execução individual, uma vez que não restou comprovado nos autos que o instituidor do benefício constava da lista dos associados elencadas na inicial do mandamos.

- Recurso desprovido" (fls. 324/325e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 1.022, DO NOVO CPC.

- Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade ou contradição (inciso I), omissão (inciso II), ou, ainda, para sanar erro material (inciso III).

- Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.

- Na hipótese, incorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

- Embargos declaratórios rejeitados" (fl. 354e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 17, 18, 489, II e §1º, III e IV, 492, 506 e 1.022, do CPC/2015; 21 e 22 da Lei Federal 12.016/09 sustentando o seguinte:

**"04. DAS RAZÕES PARA O PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ART. 105, III, A, DA CARTA CONSTITUCIONAL**

**4.1. DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 489, II E § 1º, III E IV, E 1.022, II, AMBOS DO CPC**

(...)

16. Apesar do caráter decisivo dessas alegações (verificação de substituição processual, por imperativo constitucional e decisão

definitiva transitada em julgado – membros da categoria substituída pela entidade associativa), a partir das quais a legitimidade da Recorrente haveria de ser reconhecida, a e. Oitava Turma do TRF da 2ª Região as desconsiderou, incorrendo, assim, em uma prestação jurisdicional viciada e deficiente.

17. Outrossim, sob a perspectiva do segundo acórdão, também a deficiência da prestação jurisdicional emerge de forma clara, seja porque este último provimento não se pronunciou sobre a comprovada violação à coisa julgada e demais vícios suscitados, seja porque adotou uma formulação genérica de julgamento, isso em plena discordância com o que comanda o artigo 489, caput e § 1º, III e IV, do CPC, (...).

19. Finalmente, sequer foi sopesado que, em homenagem ao imperativo do prequestionamento, que se baliza pelas Súmulas 282 e 356 do STF e 211 do STJ, impunha-se, com vista ao pleno acesso a essa Instância Superior, a explicitação dos dispositivos legais tidos por malferidos (artigos 17, 18, 492 e 506 todos do Código de Processo Civil, e 21 e 22 da Lei Federal nº 12.016/09).

(...)

21. Há, pois, na hipótese, manifesta ofensa aos preceitos normativos contidos nos artigos 489, II e § 1º, III e IV, e 1.022, II, ambos da Codificação Processual Civil.

#### **4.2. DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 17 E 18, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 E ARTIGOS 21 E 22 DA LEI FEDERAL 12.016/09**

22. Segundo deliberado no v. acórdão recorrido, a Recorrente não teria legitimidade para propor a execução da coisa julgada constituída no Mandado de Segurança nº 2005.5101.016159-0, em virtude de que somente seriam legitimados a tanto os associados à AME/RJ que estivessem listados na sua peça inicial, haja vista suposta delimitação do pedido. Os qualificados como 'associáveis', por haverem se associado no curso da demanda, não ostentariam legitimidade para o cumprimento de sentença.

23. Cogita-se, aqui, de congruência entre o pedido e o título judicial transitado em julgado. No entanto, os contornos da prestação sob execução se perfez na exata dimensão da disciplina constitucional e legal do mandamus, abrangendo a categoria substituída.

24. Com efeito, o Constituinte de 1988, ao tratar do instituto do mandado de segurança coletivo, atribuiu aos sindicatos e associações a condição de substituto processual, preceituando que o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em

funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

25. E, no mesmo compasso, a Lei 12.016/2009 consagrou, no plano infraconstitucional, essas disposições, expressamente comandando que a coisa julgada, na ação mandamental coletiva, alcança os membros do grupo ou da categoria substituída: (...)

26. Na esteira dessas prescrições normativas e considerando o conteúdo legal da substituição processual, não há dúvidas de que os comandos mandamentais advindos de uma sentença mandamental coletiva abarcam a totalidade dos integrantes da categoria substituída, daí decorrendo a desnecessidade de apresentação da relação nominal dos substituídos; autorização expressa destes; ou mesmo da filiação do associado ao ente impetrante antes do ajuizamento da ação mandamental.

(...)

32. Outra interpretação, com a máxima vênia, redundaria em adoção de exegese tão restritiva que importaria na própria negativa da garantia processual do Mandado de Segurança Coletivo, haja vista que a Constituição de 1988, ao tratar da atuação das associações, em favor de seus associados, no mandado de segurança coletivo, estabeleceu, distinguindo-as dos demais legitimados, somente duas condicionantes para o exercício dessa garantia constitucional: que a associação esteja legalmente constituída e que esteja em funcionamento há, pelo menos, um ano, em defesa dos respectivos membros ou associados.

(...)

33. Assim sendo, a condicionante imposta no provimento recorrido - que a decisão coletiva só alcança membros ou associados filiados até o trânsito em julgado da ação de conhecimento - não tem guarida na Carta Maior do Estado Brasileiro, importando na introdução de restrições inexistentes na previsão da garantia constitucional em comento.

(...)

36. Logo, sob qualquer ângulo que se examine o caso, sobressai a legitimidade ad causam da Recorrente.

#### **4.3. DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 492 E 506 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

37. De qualquer sorte, a coisa julgada formada nos referidos autos não autoriza a delimitação dos limites subjetivos da ordem mandamental ali outorgada, haja vista que, ao contrário do que concluiu o órgão Julgador de Segundo Grau, restou reconhecido, no título judicial em

questão, o direito da Recorrente, como SUBSTITUÍDA pela ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO - AME -RJ, SEM A IMPOSIÇÃO DE QUALQUER CONDIÇÃO.

(...)

40. Tem-se, pois, intransponível coisa julgada, a respeito da qual há de ser observada a sua imutabilidade, conforme disposto no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, e no artigo 506 do CPC, o qual apenas ressalva a coisa julgada inconstitucional no seu artigo 525, §§ 12 e 14, e, ainda assim, impõe que a decisão da Suprema Corte sobre o tema anteceda ao trânsito em julgado da decisão exequenda:

(...)

41. Diante desse arcabouço normativo, a jurisprudência desse c. Tribunal Superior prestigia, sem qualquer ressalva, a preclusão máxima, vetando a alteração dos limites da coisa julgada em sede de execução, pontuando, inclusive, que a força da coisa julgada se sobrepõe, caso esta fosse a hipótese de sentença coletiva em ação ordinária (o que, indubitavelmente, não é), para fins do afastamento da tese adotada no julgamento do RE 573.232/SC.

(...)

42. Assim sendo, a par da legitimação extraordinária inerente ao mandado de segurança coletivo, a COISA JULGADA, no caso, impõe o reconhecimento da legitimidade da Recorrente, uma vez que expressamente ali consignado que a ordem mandamental alcançava a totalidade dos associados da entidade associativa impetrante – a AME, independentemente da data da filiação, deixando extreme de dúvidas as fronteiras da coisa julgada subjetiva, agora rediscutida, apesar de sequer constar da ação rescisória que sobre ela tramita nesse STJ (doc. anexo).

(...)

45. Sob estes escólios, a ora Recorrente sustenta a sua legitimidade para a propositura da execução do título judicial constituído no Mandado de Segurança 2005.51.01.016159-0" (fls. 370/381e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o presente RECURSO ESPECIAL para fins, sucessivamente, de decretação da nulidade dos vv. arestos de fls. 324/325 e fl. 354, com vista à realização de novo julgamento na c. Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, ou para sua reforma, com o reconhecimento da legitimidade da Recorrente para a propositura da execução do título judicial constituído no Mandado de Segurança 2005.51.01.016159-0" (fl. 381e).

Contrarrazões a fls. 455/458e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 465/467e), foi interposto o presente Agravo (fls. 496/523e).

A irresignação merece prosperar.

O Tribunal de origem, quanto ao tema da legitimidade proferiu o seguinte entendimento:

"Ao que se apura dos autos, a Associação de Oficiais Militares Estaduais do Rio de Janeiro – AME ajuizou Mandado de Segurança Coletivo (proc nº 2005.51.01.016159-0), em face do Gerente Regional de Administração do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, na qualidade de substituta processual de seus associados relacionados, às fls. 31/36, objetivando a concessão da segurança, no sentido de determinar à Autoridade Impetrada a extensão da Vantagem Pecuniária Especial - VPE, instituída pelo art. 1º, da Lei nº 11.134/2005, aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal - Policiais e Bombeiros Militares, seus associados.

(...)

Transitada em julgada a referida decisão, foi promovida a execução individual do título formado no bojo da ação coletiva.

Diante de tal quadro, em que pese as razões deduzidas na apelação, não vislumbro motivos para reformar a sentença que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito.

Com efeito, não se desconhece que as associações, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano, têm legitimidade, como substituto processual, para defender, na via do mandado de segurança coletivo, os interesses de seus associados, a teor do disposto no artigo 5º, inciso LXX, “b”, da Constituição Federal, sendo, pois, dispensável a autorização expressa e a relação nominal dos associados na instrução do mandado de segurança coletivo, em razão do regime de substituição processual, conforme dicção da Súmula 629, do Eg. STF. Logo, **na fase de cumprimento de sentença, a princípio, não poderia se exigir da parte exequente a prova de sua vinculação à associação impetrante no momento da propositura da ação.**

**Todavia, no caso vertente, a situação não se amolda ao referido julgado, pois, consoante se infere dos autos, quando da impetração do Mandado de Segurança Coletivo, a Associação Impetrante restringiu o alcance da demanda, postulando “a procedência do pedido com a concessão em definitivo da segurança para determinar a extensão da Vantagem Pecuniária**

**Especial – VPE instituída pelo art. 1º da lei 11.134/05 aos militares inativos e pensionistas do antigo Distrito federal – Policiais e Bombeiros Militares, associados da impetrante.**

**Ademais, importa considerar que o título judicial formado no bojo do referido Mandado de Segurança Coletivo, que ora se pretende executar, também delimitou seus efeitos aos associados constantes da lista anexada à inicial.**

Cumpre ressaltar, ainda, o entendimento que vem sendo adotado nesta Eg. Oitava Turma Especializada, conforme julgamento do Agravo de Instrumento nº 0002366-24.2017.4.02.0000, de relatoria do Eminente Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva, no sentido de que “o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente. No caso da Associação, a coisa julgada alcança os associados e não os “associáveis”. Associação não representa a categoria porque isso foge do espírito associativista. Hoje, conforme pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, descabe autorização para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, como exigido na decisão agravada, mas, por outro lado, só são alcançados pela coisa julgada formada na ação coletiva os associados, e como há a limitação, eles precisam ser enumerados na petição inicial de tal ação coletiva”.

(...)

Logo, a exequente não detém legitimidade ativa na presente execução individual, uma vez que não restou comprovado nos autos que o instituidor do benefício constava da lista dos associados elencadas na inicial do **mandamus**" (fls. 319/323e).

Com efeito, no julgamento do RE 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, para impetração de Mandado de Segurança coletivo, na defesa dos interesses de seus membros ou associados, tanto os Sindicatos quanto as Associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF (STF, Relator para acórdão Min. MARCO AURÉLIO, TRIBUNAL PLENO, DJe de 19/09/2014).

Outro, inclusive, não é o teor da Súmula 629 do STF: "A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".



Desta Corte, na mesma linha:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido concedida a ordem, para o recálculo da base sobre a qual incidem quinquênio e sexta-parte.

II. O recurso encontra óbice na Súmula 283/STF, aplicada por analogia, porquanto, a ora recorrente deixou de combater, nas razões do Especial, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que "o E. Supremo Tribunal de Justiça firmou o entendimento, por meio da súmula nº 629, de que 'A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes'", bem como de que "os precedentes citados pelas agravantes (RE 573.232/SC e 612.043/PR) não cuidam de ação mandamental, mas de ações coletivas, quando então a regra constitucional aplicável é a do art. 5º, XXI, da CF/1988. Não é esse o caso dos autos, que envolve cumprimento de sentença proferida em mandado de segurança coletivo".

III. Ademais, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, **o Mandado de Segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante - no caso, a Associação agravada - atua em nome próprio, defendendo direito alheio, pertencente aos associados ou parte deles, sendo desnecessária, para a impetração do mandamus, apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal.** Nesse sentido: STF, MS 31.336/DF, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2017; AgRg no RE 501.953/DF, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA. DJe de 26/04/2012; STJ, AgInt no AREsp 993.662/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017; RMS 45.215/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA

TURMA, DJe de 11/03/2015 . Dessa forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ. Em tal sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.307.723/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2018).

Em hipótese semelhante, a Segunda Turma desta Corte proclamou que **"a associação, na qualidade de substituto processual detém legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representa, sendo prescindível a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações, razão pela qual a coisa julgada advinda da ação coletiva deverá alcançar todos os integrantes da categoria"** (STJ, AgInt no AREsp 1.304.797/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2018).

Nesse sentido, tratando-se do mesmo título executivo judicial:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO IMPETRADO POR ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. COISA JULGADA. LIMITES SUBJETIVOS. OBSERVÂNCIA.

1. No julgamento do RE n. 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o STF reconheceu que, de acordo com o art. 5o, LXX, da CF, para impetrar mandado segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF, restando decidido que, naquela hipótese, as associações atuam como substituto processual, e nesta última, como representante dos associados.

2. O STJ já se manifestou no sentido de que os sindicatos e as associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, por isso, caso a sentença do writ coletivo não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, a coisa julgada advinda da ação coletiva deve alcançar todas as pessoas

da categoria, e não apenas os filiados.

3. Hipótese em que, no título exequendo, esta Corte acolheu embargos de divergência opostos pela Associação 'para que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei 11.134/05, seja estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em razão da vinculação jurídica criada pela Lei nº 10.486/2002', não havendo qualquer limitação quanto aos associados da então impetrante.

4. Acolhidos os embargos de divergência, nos moldes do disposto no art. 512 do CPC/1973 (vigente à época da prolação do aresto), deve prevalecer a decisão proferida pelo órgão superior, em face do efeito substitutivo do recurso.

5. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.371.397/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/03/2019).

Ainda, os seguintes precedentes monocráticos, em hipóteses idênticas: STJ, AREsp 1.435.326/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 18/03/2019; AREsp 1.425.534/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 18/03/2019; AREsp 1.423.606/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 19/03/2019, e REsp 1.763.466/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 06/02/2019.

Ao que se tem, o acórdão recorrido destoa dos precedentes desta Corte, devendo, portanto, ser reformado, quanto ao ponto.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 657/663e e, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do Agravo para dar provimento ao Recurso Especial, para reconhecer a legitimidade ativa da parte ora recorrente. Determino o retorno dos autos à origem, a fim de que dê prosseguimento ao feito, julgando-o como entender de direito.

I.

Brasília, 20 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora